

## CARTA-COMPROMISSO DAS MULHERES EIG

### Eleições 2026

Democracia, direitos, autonomia, fé e uma vida livre de violências

Às candidatas e aos candidatos à Presidência da República, aos Governos Estaduais, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas

Nós, da **Associação Mulheres EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero**, organização formada por mulheres evangélicas plurais, comprometidas com a justiça social e ambiental, os direitos humanos, a igualdade de gênero, o antirracismo, a democracia, a laicidade do Estado e uma espiritualidade libertadora, apresentamos esta Carta-Compromisso para as Eleições de 2026 com nossas aspirações de um Brasil mais justo e seguro, especialmente para meninas e mulheres cis, trans e travesti.

Queremos um Brasil no qual nenhuma menina seja obrigada a carregar as consequências de uma violência sexual; nenhuma mulher seja assassinada porque decidiu terminar uma relação; nenhuma mulher precise permanecer em uma relação violenta por falta de renda ou moradia; o cuidado não seja destino obrigatório das mulheres; a maternidade seja escolha; o aborto legal seja efetivamente acessível; e mulheres possam viver sua fé sem que sua fé seja utilizada para controlar suas vidas.

Defendemos políticas para as mulheres como políticas de Estado, em um país onde a religião tenha liberdade e o Estado permaneça laico. Porque democracia também é garantir o direito de escolher, participar, existir e viver sem violência, sem que nenhuma mulher precise escolher entre sua fé e seus direitos.

Esta Carta está em diálogo com a agenda construída pelas mulheres e mulheridades brasileiras e com os compromissos expressos na **5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – 5ª CNPM**, bem como com a Carta-Compromisso das conselheiras da sociedade civil do **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**.

Portanto, partimos de uma convicção simples: **não existe democracia plena quando as mulheres e mulheridades não podem viver com autonomia, dignidade, segurança e direitos.** Por isso, convidamos todas as candidaturas a assumirem publicamente os seguintes compromissos:

## **1. DEMOCRACIA, ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SOBERANIA POPULAR**

Defender a Constituição Federal, a soberania popular, a legitimidade do processo eleitoral, a independência e a harmonia entre os Poderes e o funcionamento das instituições democráticas. Comprometemo-nos com:

- rejeição de qualquer tentativa de ruptura institucional, golpe ou deslegitimação do resultado eleitoral;
- enfrentamento à desinformação, às fake news e aos discursos de ódio;
- proteção das mulheres e mulheridades contra a violência política de gênero;
- respeito à soberania nacional e à autonomia das instituições brasileiras diante de interferências externas;
- defesa de uma democracia que garanta não apenas o direito de votar, mas também o direito de viver com dignidade.

## **2. ESTADO LAICO, LIBERDADE RELIGIOSA E DIREITOS HUMANOS**

Somos mulheres de fé e, justamente por isso, defendemos o **Estado laico**. Laicidade não significa ateísmo de Estado. Significa garantir liberdade religiosa e liberdade de consciência, permitindo a participação política de pessoas e organizações religiosas, sem transformar uma determinada doutrina em política obrigatória para toda a sociedade. Comprometemo-nos com:

- liberdade religiosa e liberdade de consciência;
- respeito à diversidade religiosa e às pessoas sem religião;
- diálogo inter-religioso;

- rejeição da instrumentalização da religião para restringir direitos, justificar discriminações ou violências;
- enfrentamento às violências religiosa e espiritual, especialmente as que atingem meninas e mulheres cis, trans e travestis;
- respeito aos direitos humanos e à Constituição.

***Nenhuma convicção religiosa pode ser utilizada pelo Estado para negar direitos constitucionalmente assegurados.***

### **3. AUTONOMIA DAS MULHERES, TRABALHO E POLÍTICA DO CUIDADO**

A autonomia das mulheres e mulheridades exige condições materiais concretas. Respeitamos diferentes formas de organização da vida e das famílias. Uma mulher pode escolher cuidar da casa, dos filhos e de outras pessoas. Mas uma escolha somente é plenamente livre quando existem condições reais para **escolher, mudar de escolha, permanecer ou sair**. Por isso, comprometemo-nos com:

- autonomia econômica e igualdade salarial;
- trabalho decente, educação e qualificação profissional;
- proteção social e previdenciária com fortalecimento das políticas sociais de forma gratuita, universal e desburocratizada como: educação, assistência social, saúde, moradia, segurança alimentar, previdência social;
- enfrentamento da violência econômica e patrimonial;
- políticas de geração de renda e inclusão produtiva;
- creches e serviços públicos de cuidado;
- implementação e fortalecimento da Política Nacional de Cuidados;
- reconhecimento e valorização do trabalho doméstico e de cuidado, remunerado ou não;
- corresponsabilidade de homens, famílias, Estado, sociedade e setor privado pelo cuidado.

***O Estado não deve determinar como uma mulher deve viver. Deve garantir que ela tenha condições reais para escolher como viver.***

#### **4. DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS**

Defendemos os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, incluindo informação, educação integral em sexualidade, planejamento reprodutivo, acesso a métodos contraceptivos, atenção integral à saúde sexual e reprodutiva, autonomia corporal e atendimento humanizado e sem discriminação. Comprometemo-nos a:

- garantir o acesso efetivo ao aborto legal nos casos previstos na legislação brasileira;
- impedir obstáculos, exigências ou constrangimentos não previstos em lei;
- combater a desinformação sobre direitos sexuais e reprodutivos;
- rejeitar medidas que criminalizem mulheres, meninas, pessoas que gestam ou profissionais que atuem dentro da legislação;
- assegurar atendimento digno e livre de revitimização.

***Maternidade deve ser escolha, não imposição.***

#### **5. MENINAS NÃO SÃO MÃES: PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL E A GRAVIDEZ FORÇADA**

Toda gravidez decorrente de violência sexual contra crianças e adolescentes constitui grave violação de direitos.

As candidaturas devem comprometer-se com políticas integradas de:

- prevenção da violência sexual;
- educação integral em sexualidade;
- identificação precoce do abuso;
- escuta especializada e atendimento humanizado;
- proteção integral;
- acesso à contracepção de emergência, profilaxias e cuidados de saúde quando indicados;
- acompanhamento psicológico;
- acesso ao aborto legal;

- enfrentamento ao casamento infantil;
- formação permanente das equipes da rede de proteção.

***Nenhuma criança deve ser transformada em mãe por uma violência que o Estado tinha o dever de prevenir, interromper e reparar.***

## **6. PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES E MULHERIDADES**

A violência contra as mulheres não começa no feminicídio, transfeminicídio ou lesbocídio. Ela pode ser precedida por controle, ameaça, humilhação, isolamento, violência sexual, psicológica, patrimonial, institucional, política, digital, religiosa e espiritual.

Comprometemo-nos com políticas que atuem em todo o ciclo da violência, incluindo:

- prevenção e identificação precoce;
- fortalecimento das redes de atendimento e proteção;
- responsabilização dos autores;
- acesso à justiça;
- autonomia econômica, moradia e proteção social;
- atenção à saúde física e mental;
- produção e transparência de dados;
- formação permanente dos profissionais;
- políticas específicas para mulheres em diferentes condições de raça, classe, território, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero e pertencimento étnico;
- enfrentamento à violência religiosa e espiritual e à violência institucional.
- Fortalecimento do serviço 180 em todas as instâncias federativas: União (Governo Federal); Estados (26 estados); Distrito Federal e Municípios (todos os municípios brasileiros).

***Prevenir a violência é proteger vidas. Enfrentá-la é garantir que todas as mulheres e mulheridades possam viver com dignidade, liberdade e segurança.***

## **7. PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS**

Comprometemo-nos com a **manutenção, o fortalecimento e a implementação nacional do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios**, com:

- recursos orçamentários adequados;
- cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios;
- metas e indicadores verificáveis;
- transparência e monitoramento;
- participação da sociedade civil;
- fortalecimento da prevenção primária;
- articulação entre saúde, educação, assistência social, segurança, justiça, trabalho, habitação, cultura e demais áreas necessárias.

***Prevenir feminicídios exige transformar as condições que permitem que a violência aconteça, e não apenas punir depois que uma mulher é assassinada.***

## **8. POLÍTICAS PARA AS MULHERES SÃO POLÍTICAS DE ESTADO**

Defendemos que as políticas para as mulheres e mulheridades sejam **permanentes, estruturantes, intersetoriais, adequadamente financiadas e protegidas das discontinuidades decorrentes das mudanças de governo**. Por isso, as candidaturas devem comprometer-se com:

- **manter e fortalecer o Ministério das Mulheres**, sem extingui-lo, esvaziá-lo ou reduzir sua capacidade institucional;
- assegurar orçamento, equipe técnica e capacidade de formulação, coordenação e monitoramento;
- fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e os demais espaços de participação social;

- consolidar o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres;
- fortalecer os organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres;
- ampliar a cooperação federativa;
- garantir recursos identificáveis nos instrumentos de planejamento e orçamento;
- assegurar transparência, metas, indicadores e execução orçamentária.

***Políticas para as mulheres não podem depender da vontade circunstancial de um governo. São políticas de Estado.***

## **9. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, VOTO FEMININO E DIVERSIDADE**

Mulheres não são eleitoras de segunda categoria. Rejeitamos discursos que afirmam que mulheres não sabem votar, que precisam ser orientadas ou tuteladas por maridos, líderes religiosos ou outras autoridades masculinas. Comprometemo-nos com:

- respeito à autonomia eleitoral das mulheres;
- enfrentamento à desinformação dirigida às eleitoras;
- educação para a cidadania;
- combate à violência política de gênero;
- proteção das candidatas e mulheres que participam da vida pública;
- ampliação da presença das mulheres e mulheridades nos espaços de poder e decisão;
- condições materiais para sua participação política;
- respeito à diversidade política, religiosa e social das mulheres;
- rejeição da utilização da religião para constranger, controlar ou tutelar o voto feminino.

***A fé de uma mulher não diminui sua cidadania. Ser religiosa não significa abrir mão da autonomia política.***

## 10. MULHERES DIVERSAS, DIREITOS IGUAIS

Nenhuma política para as mulheres será adequada se tratar “a mulher” como uma categoria homogênea. Defendemos políticas capazes de enfrentar simultaneamente as desigualdades de gênero, raça, classe, território, geração, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero e outras formas de discriminação.

Nenhuma mulher deve ser invisibilizada. Defendemos atenção às diferentes realidades das **mulheres cis, trans e travestis negras, indígenas, quilombolas, rurais, ribeirinhas, periféricas, com deficiência, idosas, jovens, lésbicas, bissexuais, gordas, neurodivergentes, mães atípicas, migrantes, mulheres em situação de pobreza, meninas e mulheres em situação de violência**, entre tantas outras.

Reconhecer essa diversidade não fragmenta a agenda das mulheres. **É condição para que a universalidade dos direitos alcance as desigualdades concretas que atravessam suas vidas.**

### COMPROMISSO

Esta Carta não pretende ser apenas uma declaração de intenções. Convidamos as candidatas e os candidatos às Eleições de 2026 a **assumirem publicamente estes compromissos e incorporá-los aos seus programas e agendas de governo e mandato.**

Propomos que cada candidatura se declare publicamente e insira a sua assinatura pelo link ou QR code a seguir:

<https://forms.gle/8YJkJmef9yiums287>



A EIG acompanhará publicamente os compromissos assumidos e buscará dialogar com os mandatos eleitos sobre sua implementação.

## **NOSSO COMPROMISSO COMO MULHERES EIG**

Também assumimos nossa responsabilidade. Seguiremos atuando na defesa:

- da democracia e do Estado Democrático de Direito;
- do Estado laico e da liberdade religiosa;
- dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos;
- da prevenção e do enfrentamento às violências contra as mulheres e mulheridades;
- da autonomia econômica, política e corporal das mulheres e mulheridades;
- de políticas públicas de cuidado;
- da participação social e política das mulheres e mulheridades;
- do enfrentamento às violências religiosa e espiritual;
- de uma sociedade antirracista, anticapacitista, antietarista, antixenofóbica, antitransfóbica e antigordofóbica;
- de uma espiritualidade libertadora e de um diálogo inter-religioso comprometido com a justiça socioambiental e a defesa da vida.

Somos mulheres evangélicas plurais. Nossa fé não nos afasta da democracia. Nossa fé não nos autoriza a retirar direitos de outras pessoas. Nossa fé não nos coloca acima das demais mulheres. Nossa fé nos convoca à justiça, à solidariedade, ao cuidado e à defesa da vida.

***“Antes, corra o direito como as águas; e a justiça, como ribeiro perene”.***

***(Amós 5,24)***

**Mulheres EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero**

São Paulo, setembro de 2026.